

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM
PATRIMÔNIO CULTURAL

Jean Carlo Rosa Durigon

**A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO
ARQUIVO ECLESIÁSTICO DA “LEGIÃO DE MARIA - *SENATUS*
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO” ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL**

Santa Maria, RS
2019

Jean Carlo Rosa Durigon

**A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO
ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA “LEGIÃO DE MARIA - *SENATUS* NOSSA
SENHORA DA CONCEIÇÃO” ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Dr. Andre Zanki Cordenonsi

Santa Maria, RS
2019

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Durigon, Jean Carlo Rosa

A contextualização do patrimônio documental do arquivo eclesiástico da Legião de Maria - Senatus Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria através da história oral / Jean Carlo Rosa Durigon.- 2019.

44 p.; 30 cm

Orientador: Andre Zanki Cordenonsi

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2019

1. Patrimônio Cultural 2. Arquivologia 3. Catálogo seletivo 4. História oral 5. Arquivos eclesiásticos I. Zanki Cordenonsi, Andre II. Título.

© 2019

Todos os direitos autorais reservados a Jean Carlo Rosa Durigon. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua João Zwetsch, n. 85, Bairro Nossa Senhora das Dores, Santa Maria, RS. CEP 97095- 310

Fone (0XX) 55 3217 3161; E-mail: jeandurigon@hotmail.com

Jean Carlo Rosa Durigon

**A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO
ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA “LEGIÃO DE MARIA - SENATUS NOSSA
SENHORA DA CONCEIÇÃO” ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL**

Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação Profissional em
Patrimônio Cultural, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Patrimônio Cultural

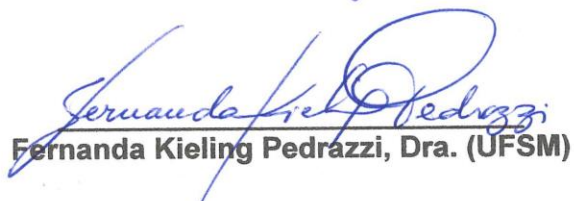
Aprovado em 21 de agosto de 2019:



Andre Zanki Cordenonsi, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Anna Carla Almeida Mariz, Dra. (UNIRIO)



Fernanda Kieling Pedrazzi, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

A meus magníficos pais, Carlos e Ester, razão maior e incentivadores principais desta etapa formativa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, autor da vida e doador dos dons e virtudes, fonte de ternura, o qual deu-me a graça e o privilégio de nascer e crescer em uma família que possui valores, amor mútuo e incondicional.

À minha família, primeiramente a meus estimados e diletos pais, Carlos e Ester, pelo amor, sabedoria, propor o sustento material favorável e principalmente paciência (imensurável) que tiveram comigo durante os momentos de produção textual e pesquisa de campo, de angústia e ausência de minha parte em função dos estudos. Mas acima de tudo, agradeço-lhes pelos momentos de alegria, pela emoção e “brilho no olhar” que cotidianamente mantém, ressalto a alegria vivida no dia do resultado da aprovação no Programa de Pós-Graduação.

As minhas queridas avós, pelo zelo para comigo, desde tenra idade até os dias de hoje. Aos queridos tios, primos e afilhados, que proporcionam a alegria de “ser família”.

Aos amigos, conquistados durante as etapas formativas, aos confrades arquivistas, aos Legionários de Maria, pelos dias de convivência e alegria proporcionada durante os momentos de aflição em decorrência da vida acadêmica.

Aos servidores desta Universidade, representados pelos diletos amigos Nériton Porto, modelo de profissional ético, compreensível, generoso no trato pessoal, Maria Elizabeth Braga e Liliane Della Mea, companhias do cotidiano, de formidável convivência e carinho.

Ao meu orientador, professor e mestre que aceitou “de primeira” empreitar este trabalho, com solicitude, sabedoria e companheirismo. O agradeço pelos conhecimentos transmitidos, pelos incentivos e correções ao longo deste período.

A Legião de Maria, associação que me acolheu e corroborou para meu crescimento humano e profissional, desde a graduação até o presente momento. Exemplo de entidade que “abre suas portas” aos acadêmicos, permitindo e acima de tudo corroborando para com a pesquisa arquivística em meio eclesial.

Aos professores avaliadores, Professora Anna Carla - UNIRIO, que aceitou prontamente em colaborar com esta pesquisa, pelo incentivo (generoso desde o primeiro contato). Impressionou-me ela recordar nosso primeiro encontro, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016 durante a avaliação de trabalhos acadêmicos apresentados no Encontro Nacional dos Estudantes de

Arquivologia - ENEArq, no qual tive meu trabalho premiado, trabalho este que antecedeu a presente pesquisa na temática arquivística eclesial. Professora Fernanda Pedrazzi - UFSM, profissional dedicada, zelosa e querida mestra, que muito contribui para a formação profissional dos discentes e egressos do Curso de Arquivologia da UFSM.

Ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural e a Universidade Federal de Santa Maria por proporcionar o aprendizado acadêmico e o preparo para o mercado de trabalho, capacitando profissionais que almejam contribuir com a sociedade.

RESUMO

A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO ARQUIVO ECLESIASTICO DA “LEGIÃO DE MARIA - *SENATUS* NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO” ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL

AUTOR: Jean Carlo Rosa Durigon
ORIENTADOR: Andre Zanki Cordenonsi

A presente pesquisa intitulada “A contextualização do patrimônio documental do arquivo eclesiástico da Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria através da história oral” foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa Patrimônio Documental Arquivístico. Ela se caracteriza como uma pesquisa aplicada e teve como objetivo principal identificar os documentos de gênero textual e iconográfico existentes no acervo eclesiástico da Legião de Maria para compreender o contexto patrimonial existente, corroborado com a história oral, reunidos em um catálogo seletivo. Para tanto, os documentos foram organizados e selecionados, estabelecendo um recorte temporal entre 1970 e 1990, totalizando uma amostragem de 214 fotografias, das quais 17 foram selecionadas para a confecção do catálogo. Com as fotografias selecionadas, foram entrevistadas diversas pessoas ligadas à Legião de Maria com o intuito de estabelecer uma forma de descrição mais acurada para o catálogo seletivo. Concluiu-se que a utilização da metodologia da história oral contribuiu para o processo de descrição e construção do catálogo seletivo, pois inúmeras personalidades, locais e eventos foram melhor descritos a partir da observação direta dos participantes da pesquisa.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Arquivologia. Catálogo seletivo. História oral. Arquivos eclesiásticos.

ABSTRACT

The contextualization of the documentary heritage in the ecclesiastical archives of the Legion of Mary - *Senatus* Our Lady of the Conception of Santa Maria through oral history

AUTHOR: Jean Carlo Rosa Durigon
ADVISOR: Andre Zanki Cordenonsi

The project “The contextualization of documentary heritage in the ecclesiastical archives of the Legion of Mary - *Senatus* Our Lady of the Conception of Santa Maria through oral history” was developed within the scope of the Professional Graduate Program in Cultural Heritage of the Federal University of Santa Maria, in the line of research Documentary Heritage Archives. The project was characterized as an applied research and its main objective was to identify the documents of textual and iconographic genre existing in the ecclesiastical collection of the Legion of Mary to understand the existing patrimonial context, corroborated with oral history, gathered in a selective catalog. To achieve this goal, the documents were organized and selected, establishing a time frame between 1970 and 1990, totaling a sample of 214 photographs, of which 17 were selected to build the catalog. With the selected photographs, several people linked to the Legion of Mary were interviewed in order to establish a more accurate form of description for the selective catalog. It was concluded that the use of oral history methodology contributed to the process of description and construction of the selective catalog, since countless personalities, places and events were better described by direct observation of the research participants.

Keywords: Cultural heritage. Archives. Selective catalog. Oral history. Ecclesiastical archives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Organograma do <i>Senatus</i> Nossa Senhora da Conceição.....	17
Figura 02 – Armazenamento de parte das fotografias.....	27
Figura 03 – Armazenamento de fotografias em envelopes de papel pardo.....	28
Figura 04 – Separação dos conjuntos fotográficos	29
Figura 05 – Separação dos conjuntos fotográficos por semelhança de evento	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Demonstrativo da criação/ elevação das dioceses gaúchas.....19

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 Justificativa.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Arquivologia e o documento	10
2.2 Acervos Eclesiásticos.....	12
2.3 Instrumentos de pesquisa utilizados nos arquivos	21
2.4 Patrimônio, documento e cultura	22
2.5 História oral	24
3 METODOLOGIA	26
4 RESULTADOS OBTIDOS	32
5 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO E USO DOS DADOS DA ENTREVISTA:	40
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA:	41
APÊNDICE C - PRODUTO: CATÁLOGO SELETIVO.....	43

1 INTRODUÇÃO

De forma geral, este estudo visou a apresentação e contextualização da documentação da Instituição “Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria”, também conhecida entre seus associados como *Senatus* do Rio Grande do Sul (RS), sob o qual tem jurisdição em todo o território do estado. Este estudo destina-se a possibilitar um olhar amplo de suas atividades meio e fim refletidas através do acervo documental institucional.

Para isto, optou-se por realizar uma corroboração de registros orais de alguns de seus integrantes, os associados mais antigos ou que participaram dos cargos de direção da associação, tendo seus depoimentos coletados para a melhor contextualização e entendimento do público externo que vir a acessar esta pesquisa.

O referido acervo faz parte do conjunto de acervos eclesiásticos da Igreja Católica Apostólica Romana, presente na cidade de Santa Maria, RS.

Desde o primórdio dos tempos, o homem tem por hábito o registro de suas atividades. Os primeiros exemplos destes registros são as escritas, ou pinturas rupestres, as quais remetem às ações praticadas pela sociedade pré-histórica bem como seu modo de viver.

Com a evolução do homem e o advento da escrita, os registros das sociedades passaram a ser assentados em diferentes materiais, dando origem ao que hoje conhecemos como documentos. Documento, segundo Bellotto é:

Um suporte com uma informação, que poderá ensinar algo a alguém. De forma simples, podemos dizer que o ‘documento é uma informação, de qualquer tipo, sobre um suporte de qualquer tipo’, ou, se colocarmos a definição ao contrário, ‘documento é um suporte modificado por uma informação. (BELLOTTO, 2002, p. 22)

Vivemos em uma sociedade marcada pela produção e acúmulo de documentos das mais diversificadas origens e tipologias. Por meio da produção documental são registradas as informações que produzimos no decorrer de nossas atividades cotidianas. Para serem considerados arquivos, estes documentos devem ser agrupados organicamente, dando origem ao que indica a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, em seu artigo 2º, onde nos apresenta a seguinte definição:

Conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e **entidades privadas**¹, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991)

Em meio às diversas entidades produtoras de documentos em nossa sociedade, temos um grupo que apresenta algumas peculiaridades quanto as suas tipologias documentais; este grupo denomina-se Arquivo Eclesiástico, e constitui parte relevante do patrimônio documental produzido pela sociedade.

Richter (2004) apresenta-nos a história dos arquivos dividindo-os em grandes períodos, considerando: Primeira Fase – Antiguidade, época dos arquivos de templos e palácios (RICHTER, 2004, p. 25); Segunda Fase – Arquivística Medieval (RICHTER, 2004, p. 33); Terceira Fase – Idade Moderna (RICHTER, 2004, p. 37) e Quarta Fase – Idade Contemporânea (RICHTER, 2004, p. 45).

Ao determinar a Primeira Fase dos arquivos, Richter classifica como arquivos de templos e palácios, tendo em vista a delimitação histórico-social, pois os documentos estavam armazenados nestes locais. As tipologias documentais serviam e auxiliavam registrando as atividades dos governantes bem como da religiosidade, do culto e celebrações de determinado povo.

Hoje os Arquivos Eclesiásticos ainda mantêm sua função primeira, definida por Richter em sua classificação, continuam frente os locais de culto, registrando os acontecimentos, porém sua relevância vai além dos templos.

Por meio dos acervos documentais eclesásticos, obtemos o registro de um patrimônio social, o patrimônio imaterial de uma sociedade.

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo número 216, referente ao patrimônio cultural brasileiro, afirma que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988)

¹ Grifo nosso.

Além da Carta Magna brasileira, neste sentido patrimonial, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) considera como patrimônios imateriais, por exemplo, as celebrações, conforme exprime o IPHAN:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; **celebrações**; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (Sítio do IPHAN)²

Tendo em vista as celebrações estarem vinculadas às liturgias, aos cultos, aos saberes e ao conhecimento religioso apresentado por um grupo, estes constituem patrimônios imateriais deste nicho social.

Os acervos documentais eclesiásticos registram as formas de celebrações, liturgias, ensinamentos e tradições religiosas. Com base nesta perspectiva, observando os nichos sociais, pode-se agregar o registro das associações religiosas, que com seus acervos constituem patrimônios materiais, remetendo ao patrimônio imaterial dos grupos a si vinculados.

Segundo Ferreira (2014), patrimônio é um “bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, país, ou para a humanidade. Por meio dos registros documentais conhecemos as sociedades do passado”.

Assim sendo, os arquivos eclesiásticos, podem ser considerados parte do patrimônio cultural de uma sociedade, estes resultam de instituições de direito privado que apresentam documentos em diferentes gêneros. Os mais comuns são do gênero textual, abrangendo livros e documentos em forma de ofícios e cartas, e o gênero iconográfico, abrangendo negativos, fotografias, pinturas, painéis, etc.

Tendo em vista o acervo consultado para a presente pesquisa, este apresenta tanto documentos de gênero textual, de diversas tipologias, dentre as quais, atas, ofícios, relatórios, bem como gênero iconográfico, composto por negativos, fotografias e painéis.

Frente a essa realidade documental, pode se questionar: quais documentos existem no arquivo eclesiástico do *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria, e como contextualizá-los com o auxílio da história oral?

² Grifo nosso. Sítio do IPHAN, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>
Acesso em 20 out. 2018.

Tendo como base a compreensão expressada nos parágrafos acima elencou-se como objetivo geral da pesquisa:

- Identificar, para contextualizar os principais documentos de gênero textual e iconográfico existentes no acervo eclesiástico da “Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria”³, para compreender o contexto patrimonial existente, corroborado com a história oral, reunidos em um catálogo seletivo.

A fim de alcançar o objetivo proposto, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- estudar os tipos documentais existentes no acervo do *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria;
- reconhecer as condições de organização e acesso do acervo documental na sede do *Senatus*;
- realizar entrevistas baseadas no método da história oral com pessoas ligadas a produção dos documentos eclesiásticos da "Legião de Maria" na cidade de Santa Maria, RS;
- compreender o contexto de produção documental do acervo eclesiástico do *Senatus* com o auxílio da história oral;
- e contextualizá-lo através da elaboração de um catálogo seletivo, como produto desta pesquisa.

Outrossim, desenvolveu-se como produto final desta pesquisa, um catálogo seletivo de imagens e documentos encontrados no acervo em questão (1967 – 2018), abrangendo as décadas de 1970 a 1990, período delimitado que registra as primeiras décadas da associação no Estado do Rio Grande do Sul, a partir de Santa Maria, de onde ocorreu a expansão para as demais localidades do estado, sendo estes documentos ampliados com as entrevistas realizadas, registrando não apenas o patrimônio material, através dos documentos, mas o imaterial, contemplado pelo sentido da religião e da memória de seus associados de longa data e/ou dirigentes.

³ Legião de Maria, Associação Internacional de católicos leigos, está presente em mais de 150 países. Sua estrutura organizacional utiliza termos latinos, como *Senatus*, que significa “Senado”. O *Senatus* tem jurisdição sob um país, porém como o Brasil apresenta grandes dimensões, existem 10 *Senatus* e uma *Regia* filiados ao *Concilium Legionis Mariae*, órgão máximo da Legião de Maria com sede em *Dublin*, Irlanda. O *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria tem jurisdição sob o Estado do Rio Grande do Sul.

1.1 Justificativa

No intuito de justificar tal pesquisa, primeiramente compreende-se a relevância do ponto de vista do tema proposto, onde busca-se um diálogo entre o acervo eclesial e o patrimônio documental e cultural, além da contextualização do referido acervo, fato que tem o potencial de enriquecer pesquisas em acervos eclesiais sob o olhar de que estes acervos constituem-se em patrimônios documentais.

A cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, apresenta uma diversidade de instituições religiosas em seu território administrativo, tais como ordens religiosas (Palotinos, Carmelitanos, Franciscanos, etc.) e conventuais (Carmelitas descalças, Pequenas Operárias, Notre Dame, etc.) porém uma delas diverge das demais, por tratar-se de uma *Associação Internacional de Fieis Leigos*, com estatutos reconhecidos pela Santa Sé⁴, regidos pelo Direito Canônico, que vem a ser a "Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria".

A Legião de Maria faz parte deste meio religioso, sendo também produtora de documentos eclesiais em decorrência de suas atividades meio e fim.

A instituição apresenta pouca exploração acadêmica no que se refere a sua documentação, organização e compreensão do contexto de produção. Tem-se conhecimento de apenas um trabalho de cunho científico, denominado "O Arquivista frente à documentação eclesial", presente no Sítio do Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia – ENEArq 2016, do mesmo autor desta pesquisa, realizado em 2015 e 2016 durante o Estágio Curricular obrigatório do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria.

A partir dos registros documentais da "Legião de Maria", pode-se compreender sua estrutura organizacional, sua finalidade e por conseguinte sua história.

Para elucidar e complementar a história desta instituição, além da consulta às fontes documentais presentes no acervo institucional, buscou-se a coleta de

⁴ A Santa Sé, ou Cidade Estado do Vaticano, é um país situado dentro dos limites da cidade de Roma, Itália. É a sede da Igreja Católica Apostólica Romana. O governo da Igreja Católica, sediado no Palácio Apostólico do Vaticano está sob direção do Papa, hoje na pessoa do Papa Francisco I. Os Estatutos da Legião de Maria foram aprovados pela Santa Sé no ano de 2015, passando a associação a gozar do Direito Canônico, relativo aos organismos da Igreja, e não apenas do Direito Civil como demais associações.

informações por meio de entrevistas, obtidas através do método de história oral, tornando-as fontes complementares dos documentos.

Através do cruzamento de documentos institucionais e relatos orais, estimulados a partir dos registros documentais, possibilitou-se a ampliação da compreensão do patrimônio eclesial imaterial, fixado por meio do patrimônio material presente no acervo institucional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para desenvolvimento desta pesquisa, fez-se necessária a revisão de literatura, onde foram elencados alguns conceitos basilares em que a Arquivologia se apoia para desenvolver-se e ratificar-se como ciência. Bem como conceitos que definam o método de história oral, o patrimônio material e imaterial, convergindo em patrimônios culturais, haja vista o contexto institucional investigado e o vínculo e temática abordados no Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria.

2.1 Arquivologia e o documento

A Arquivologia apresenta alguns conceitos fundamentais para entender seus métodos e técnicas, como, por exemplo, o conceito de documento que é, segundo Bellotto:

Um suporte com uma informação, que poderá ensinar algo a alguém. De forma simples, podemos dizer que o 'documento é uma informação, de qualquer tipo, sobre um suporte de qualquer tipo', ou, se colocarmos a definição ao contrário, 'documento é um suporte modificado por uma informação. (BELLOTTO, 2002, p. 22)

Paes (2004) também expõe uma definição de documento: “o registro de uma informação independente da natureza do suporte a que contém”. Assim pode-se afirmar que documento é toda a informação fixada em um suporte, independente do mesmo. Outro conceito profundamente explorado é o Princípio de Respeito aos Fundos, que de acordo com Schellenberg (2006) consiste em dizer que: “todos os documentos originários de uma autoridade administrativa, corporação ou família devem ser agrupados constituindo fundos” (SCHELLENBERG 2006, p. 246), ou seja, a reunião de documentos oriundos de um mesmo produtor.

Por fundo, Rousseau e Couture (1994) nos dão a seguinte definição:

Os documentos de arquivo são formados a partir das atividades desempenhadas por seus produtores, os conjuntos documentais são reunidos por origem produtora, a qual chamamos de fundos, estes são conjuntos de documentos independentes de sua forma ou suporte, produzidos ao longo de uma atividade (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p. 284)

Bellotto (2006), ao conceituar fundo documental, afirma que:

Fundo, é o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim'. (BELLOTTO, 2006, p. 128)

A mesma autora defende que “o documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu, seu conjunto deve retratar a infraestrutura e as funções de quem o gerou, refletindo assim, suas atividades meio e suas atividades fim” (BELLOTTO, 2006, p. 56).

Já para Paes (2004), fundo documental é:

A principal unidade de arranjo estrutural nos arquivos permanentes, construída a partir dos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos. Ou ainda como a principal unidade de arranjo funcional nos arquivos permanentes, constituída de documentos provenientes de mais de uma fonte geradora de arquivo reunida pela semelhança de suas atividades, mantido o princípio da proveniência. (PAES, 2004, p. 26)

Além do conceito de fundo documental, são necessários critérios para identificar se determinado órgão ou instituição caracteriza-se como fundo. Em decorrência disto Duchein *apud* Bellotto (2006) afirma que para ser considerado um fundo devem: "Possuir nome, ter existência jurídica resultante de lei, decreto, resolução, etc; ter atribuições precisas, também estabelecidas por lei; ter subordinação conhecida firmada por lei; ter uma organização interna fixa" (DUCHEIN *apud* BELLOTTO, 2006, p. 149).

Com base nos conceitos abordados por Duchein *apud* Bellotto, estes atributos caracterizam normalmente instituições de direito público. No caso das instituições de direito privado, os regimentos e estatutos, bem como os registros civis fazem a garantia da fé pública de uma instituição, dispensando decretos de criação.

Os arquivos, que são formados a partir das atividades de seus produtores, apresentam uma finalidade, que segundo Paes (2004, p. 20), é “servir à administração, constituindo-se, com o decorrer do tempo, em base do conhecimento da história” e tem por função básica, de acordo com Schellenberg (2006, p. 41), “tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda”.

Tendo por base servir à administração, bem como ao patrimônio da sociedade, os documentos desempenham um importante papel social, tornando-se bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro, conforme apresenta o artigo número 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, **documentos**⁵, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Podemos observar que os registros documentais são de grande valia para nossa sociedade, pois através deles registram-se as informações que ao longo do tempo contribuem para a formação do contexto social em que os agentes produtores estão inseridos, bem como refletem as instituições sociais através da história.

Dentre os vários meios de difusão da arquivologia, e da produção documental, estão os acervos eclesiásticos, sendo estes acervos o contexto desta pesquisa.

2.2 Acervos Eclesiásticos

Para definir o que são acervos eclesiásticos faz-se necessário compreender os significados das palavras acervo, que segundo CUNHA (2007, p. 8) é “o conjunto de bens que integram um patrimônio” e eclesiástico, que segundo o mesmo autor, é “derivado do Latim *ecclesiasticus*, pertence ou relativo à igreja⁶ (CUNHA, 2007, p. 283). A complementação destes dois termos pode ser entendida da seguinte forma: acervos eclesiásticos são o conjunto de bens pertencentes à uma igreja.

Os acervos eclesiásticos, segundo Richter 2004, desempenham funções sociais e memoriais desde os primórdios das sociedades humanas. Ressalta-se que mesmo com o passar dos tempos estes acervos ainda corroboram com os

⁵ Grifo nosso.

⁶ Neste trabalho o uso da palavra “Igreja” refere-se à Igreja Católica Apostólica Romana.

patrimônios sociais dos povos, sendo alvo de estudo e explanação, complementando a compreensão social dos grupos existentes.

Tendo como exemplo o fundo documental da "Legião de Maria - *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria", o qual está inserido no contexto da propagação da doutrina católica, bem como o fundo pessoal pertencente ao Padre Francisco Mascarenhas, outro conjunto presente nos domínios da associação, constituem o volume documental formado por seus fundos documentais, caracterizam-se como de cunho eclesiástico.

O cunho eclesial abrange não somente os arquivos das Cúrias Metropolitanas, Mitras diocesanas ou Paróquias, bem como outras instâncias eclesiásticas, mas englobam também os registros documentais dos Movimentos, associações e congregações religiosas, sejam elas contemplativas ou seculares⁷, fundos pessoais de clérigos e até mesmo famílias inseridas no meio religioso.

Conforme a Lei nº 8. 159, de 08 de janeiro de 1991, a qual faz menção aos arquivos privados em seu Artigo 11:

Art. 11 - Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades. (BRASIL, 1991)

De acordo com o referido Artigo, pode-se classificar os arquivos eclesiásticos como arquivos privados, pois não são originários da administração pública, independente do nível de governança, outrossim de instituições privadas.

Dentre os meios onde se produzem arquivos eclesiásticos, tradicionalmente as cúrias e mitras diocesanas, existem outros organismos eclesiais, tais como as associações leigas e religiosas, bem como congregações e institutos religiosos.

2.2 .1 A Legião de Maria no Brasil e em Santa Maria, Rio Grande do Sul

A Legião de Maria é uma Associação Católica de Direito civil privado, regida também pelo Direito Pontifício, submetido ao Código de Direito Canônico da Igreja

⁷ Congregações religiosas contemplativas: religiosos que vivem em clausura com o mundo exterior (por exemplo, monges beneditinos, franciscanos Capuchinhos e freiras Carmelitas). E Congregações religiosas seculares: religiosos que vivem em meio ao povo, não estão enclausurados (por exemplo, padres educadores, Jesuítas, Salesianos, palotinos, etc).

Católica Apostólica Romana.

Foi fundada em 1921 em Dublin na Irlanda pelo Sr. Frank Duff. “Sua Finalidade é a Glória de Deus e a Santificação Pessoal (Manual da Legião de Maria, p. 11).”

A Legião de Maria chega ao Brasil na década de 1950, no Rio de Janeiro, através de um religioso, João Creff, irmão Saletino da Congregação de Nossa Senhora da Salette. O primeiro núcleo foi o *Praesidium Refugium Peccatorum*, na Paróquia Nossa Senhora da Salette - RJ. Após a Associação começa a expandir para as demais Paróquias do Rio de Janeiro e para outros Estados do Brasil.

Segundo a Sra. Zilda Siqueira Furtado, Legionária do *Senatus* de São Paulo a mais de 60 anos (uma das fundadoras no Brasil), que frequentou um dos primeiros *Praesidia* de São Paulo, bem como conviveu com o Irmão João Creff, afirma que “o Rio Grande do Sul foi o último lugar que recebeu a Legião de Maria.”

O Primeiro Núcleo foi fundado em 1963, na cidade e Diocese de Bagé. Após fundou-se mais *Praesidia* na Diocese de Pelotas, através de Legionários vindos do *Senatus* de São Paulo, sendo uma delas a própria Zilda.

Para contextualização do histórico do *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria faz-se necessário rememorar os fatos e acontecimentos que se desencadearam desde a fundação em 1967 em Santa Maria até o presente momento. Para tanto, faz-se necessária a menção ao Padre Francisco Mascarenhas, religioso responsável pela fundação e implementação da associação em Santa Maria e em boa parte do Rio Grande do Sul.

Segundo, Durigon (2016), no trabalho “O Arquivista frente a documentação eclesiástica: a aplicabilidade da gestão arquivística no acervo documental do *Senatus* do Rio Grande do Sul”, apresentado no XX Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia, no Rio de Janeiro, o histórico da Legião de Maria em Santa Maria é exposta seguinte maneira:

Francis Apolinaris Mascarenhas, Antônio Francisco Apolinário Mascarenhas ou mesmo Francisco Mascarenhas⁸, são as várias formas para identificar um só homem. Utilizaremos seu nome “aportuguesado” Padre Francisco Mascarenhas. De nacionalidade indiana, nasceu em Chinchinim, província de Goa, então colônia portuguesa aos 23 dias do mês de Julho de 1916.

⁸ Declaração emitida pela Mitra Diocesana de Santa Maria. Acervo da instituição.

Em 1933 ingressa no Seminário da Companhia de Jesus (Jesuítas) na cidade de Shembaganur, sul da Índia. Após um ano ingressa no Seminário Diocesano de Trichinopoly, sul da Índia dirigido pelos jesuítas franceses, onde é ordenado ao grau de diácono para a Diocese de Trichinopoly. Durante o Seminário um colega comenta com Francisco sobre um movimento chamado Legião de Maria, o qual está a serviço da autoridade eclesial e sacerdotal católica.

Foi ordenado sacerdote em 21 de março de 1942, com 25 anos de idade na cidade de Bombaim. Como Sacerdote, atuou primeiramente na Igreja Nossa Senhora do Rosário, e em 02 de Fevereiro de 1943 teve o primeiro contato pessoal com a Legião de Maria. Após obter as informações e instruções necessárias formou então um *Praesidium*. Com o passar do tempo atuou em diversas paróquias de Bombaim e fundou outros grupos (ou *Praesidia*). Estes grupos da Legião de Maria, a posteriori vieram a formar o *Senatus* de Bombaim, cuja jurisdição abrangia Bombaim e o norte da Índia. Em 1959 foi nomeado pároco da Paróquia São João Evangelista, e durante sua permanência nesta Paróquia, atuou como Diretor Espiritual do *Senatus* de Bombaim. Durante uma viagem à Roma, Padre Francisco encontra um bispo brasileiro, que menciona o pequeno número de sacerdotes atuantes em sua diocese de origem. Com base nesta conversa, Padre Francisco manifesta a seus superiores o desejo de trabalhar no Brasil, e por intermédio de outro Sacerdote, Pe. Felipe, tem seu *Curriculum Vitae* apresentado à Dom Luiz Victor Sartori⁹, o qual o “recebe de braços abertos e com muito reconhecimento”¹⁰.

Assim, em 26 de junho de 1967, após comemorar 25 anos de sacerdócio, Pe. Francisco parte para o Brasil, chegando em Santa Maria no dia 31 de Agosto do referido ano, sendo recebido pelo bispo diocesano de Santa Maria, Dom Luiz Victor Sartori. Em diálogo com padre Francisco, Dom Luiz menciona o envolvimento de Pe. Francisco com a Legião de Maria na Índia e o trabalho que este realizou. Menciona os convites enviados pelo *Senatus de São Paulo* para a diocese de Santa Maria afim de iniciar a Legião neste território eclesial, os quais foram todos recusados pela Diocese. Porém com a chegada de Pe. Mascarenhas, Dom Luiz decide iniciar a Legião de Maria na cidade.

Pe. Francisco é nomeado coadjutor da Paróquia Santa Catarina de Alexandria e responsável pela promoção da Legião de Maria. Obtém licença do então pároco (Padre responsável pela administração da paróquia), Pe.

⁹ Quarto Bispo Diocesano de Santa Maria, seu Episcopado foi de 1960 a 1970, participou do Concílio Vaticano II.

¹⁰ Trecho extraído da carta de D.L.V. Sartori a Pe. Francisco Mascarenhas, datada de 08/03/1967. Acervo da instituição.

João Ferigolo e fundou em 07 de Setembro de 1967 o primeiro grupo de Legionários de Santa Maria, recebendo a denominação de *Praesidium Nossa Senhora das Graças*. Desde sua chegada ao Rio Grande do Sul, Pe. Francisco trabalhou constantemente para a promoção da Legião de Maria na cidade de Santa Maria e arredores, visitando diversas paróquias para divulgar a associação. Em 1968 já haviam 11 grupos da legião dentro e fora de Santa Maria. (DURIGON, 2016)

Na véspera da Romaria Estadual de Nossa Senhora Medianeira de 1968 (grande evento religioso do Estado), os Oficiais¹¹ dos onze núcleos existentes foram convocados para a instalação da primeira *Curia*, *Curia Nossa Senhora da Conceição*. A Legião de Maria em Santa Maria desde o princípio esteve vinculada ao *Senatus* Nossa Senhora Aparecida, de São Paulo.

No ano de 1974 a *Curia* é elevada à *Comitium*¹², agrupando novas funções, passando a ter jurisdição em toda a Diocese de Santa Maria.

Em 1979 o *Comitium* expande-se e é elevado a Categoria de *Regia*, com jurisdição sob todo o Estado do Rio Grande do Sul, passando a administrar os demais núcleos e Conselhos da associação no estado, mantendo ainda a subordinação ao *Senatus* Nossa Senhora Aparecida de São Paulo.

Em 2014 a *Regia* Nossa Senhora da Conceição é elevada a *Senatus*, mantendo sua jurisdição sob o território do Rio Grande do Sul, administrando os conselhos presentes nos diversos territórios eclesiais, as Dioceses e Arquidioceses do Rio Grande do Sul, porém passa a ser subordinado diretamente ao *Concilium Legionis Mariae*, conselho central e máximo da Associação, com sede em Dublin, Irlanda.

Os núcleos, ou *Praesidia* da Legião de Maria no ano 1997 eram mais de 800 em todo o Estado, fundados em sua maioria pelo próprio Pe. Francisco.

Com a expansão e aumento de atividades desenvolvidas pela Legião em Santa Maria nas décadas de 1970 a 1990, quando o Conselho de Santa Maria era uma *Regia*, Padre Francisco solicita à Dom José Ivo Lorscheiter¹³, Bispo de Santa

¹¹ Oficial é o termo utilizado para designar os dirigentes, coordenadores da Legião de Maria em um *praesidium*, grupo, ou conselho.

¹² O termo *Comitium* significa “Assembleia”; o *Comitium* é uma *Curia* com certos poderes administrativos sob outras *Curiae*. Manual Oficial da Legião de Maria (2014 P. 159).

¹³ Sexto Bispo de Santa Maria-RS, Conhecido nacional e internacionalmente por seus posicionamentos a frente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB durante a Ditadura Civil-Militar brasileira.

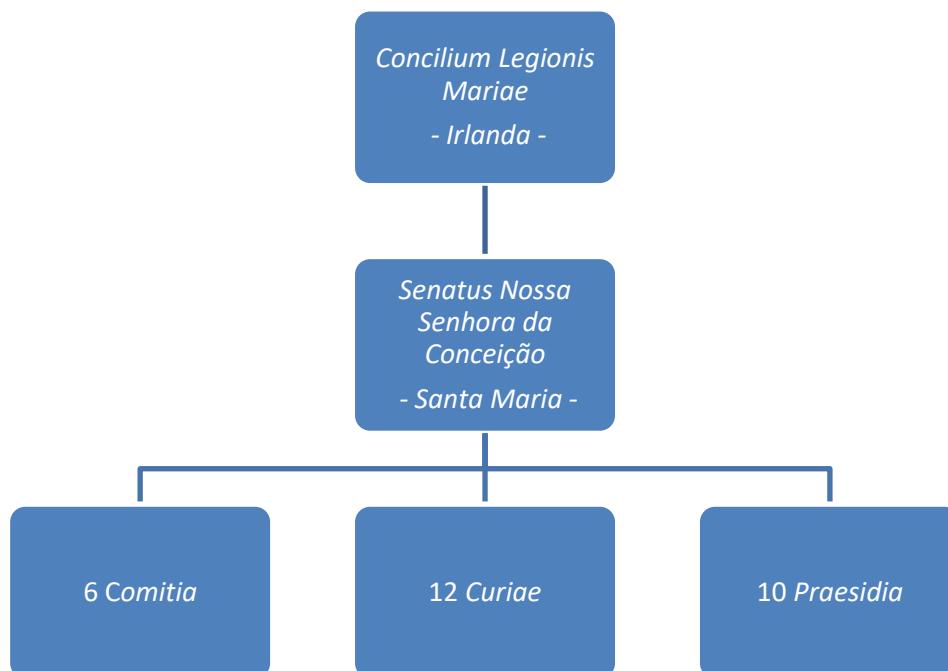
Maria, a criação de uma sede própria para a associação. No ano de 1987 inicia-se a construção do prédio, sendo inaugurado em 1992. O nome da Sede da Legião de Maria foi sugestão de Dom Ivo Lorscheiter, denominada “Instituto *Magnificat*”.

Após a morte do Padre Mascarenhas, por iniciativa dos legionários de Santa Maria, foi organizado um memorial em sua homenagem, localizado no quarto em que o Padre Francisco residira no Instituto *Magnificat* no andar térreo. Nele constam documentos textuais, um grande volume de fotografias, as quais foram utilizadas para a elaboração do produto desta pesquisa, bem como a biblioteca pessoal do padre Mascarenhas, objetos e paramentos litúrgicos, dentre outros pertences.

O Instituto *Magnificat* desde sua fundação serve de sede do Conselho máximo da associação no estado do Rio Grande do Sul. O Acervo documental do *Senatus* está acondicionado nas dependências do Instituto, distribuído em duas salas em andares diferentes, acessíveis a seus associados.

Hoje a estrutura organizacional da Legião de Maria no Estado do Rio Grande do Sul apresenta a seguinte forma, conforme figura 01:

Figura 01 – Organograma do *Senatus* Nossa Senhora da Conceição



A Legião de Maria, estando inserida no contexto eclesial, sempre está vinculada a hierarquia clerical. A associação possui seus núcleos (*Praesidia*) e Conselhos (*Curiae, Comitia, Regiae e Senatus*) em locais que apresentem estruturas clericais pré-definidas pelo Código de Direito Canônico (CDC), corroborando para a sua denominação e jurisdição de governança, tais como paróquias e dioceses.

2.2.2 Divisão eclesiástica do Estado do Rio Grande do Sul

O Brasil, desde o descobrimento, em 1500, sofreu influências do catolicismo. Os navegadores descobridores portugueses contavam em sua tripulação com a presença de religiosos e sacerdotes católicos. Em abril de 1500 foi celebrada a primeira Missa em solo brasileiro.

Com a anexação do território brasileiro ao Reino de Portugal, perpassando pela história da criação da colônia, a vinda da Família Real portuguesa, em fuga da metrópole em decorrência das invasões napoleônicas no século XIX, especificamente 1808, transferindo a Capital do Reino para o Brasil. Juntamente com a vinda da Corte portuguesa para a colônia, trouxeram consigo os costumes e a forma de administrar e governar.

Em 1816 o Rei Dom João VI retorna à Portugal, deixando seu filho, o príncipe Dom Pedro (Pedro I para o Brasil e Pedro IV para Portugal) no Brasil. Em 1818 o Brasil é elevado a Reino Unido à Portugal e Algarves. Em 1822, o Brasil torna-se independente e passa a ser um império.

A Igreja Católica, religião oficial do reino português, e também do neo-império brasileiro, fixou seu modo de administração e governança.

A primeira Diocese fundada no Brasil data de 1551. Trata-se da Diocese da cidade de Salvador, na Bahia, canonicamente denominada pela Bula *Super Specula Militantis Ecclesiae* do Papa Julio II “*Diocese de São Salvador*”. Por tratar-se da primeira diocese, recebe a honorífica de *primaz*. A Diocese de São Salvador da Bahia é a diocese primaz do Brasil, elevada a Arquidiocese em 1676, pela Bula *Inter Pastoralis Officii Curas* do Papa Inocêncio XI.

A divisão do território do Rio Grande do Sul é mais tardia; data do século XIX, com o desmembramento da Arquidiocese do Rio de Janeiro em 1848, dando origem

a Arquidiocese de Porto Alegre, que governava todo o território gaúcho, segundo a Bula *Ad oves Dominicas Rite Pascendas*, do Papa Pio IX.

Com o passar dos tempos, com o povoamento do Estado, e a criação das cidades, surgiram outras dioceses, resultando da fração da Arquidiocese de Porto Alegre, conforme Quadro 01:

Quadro 01 - Demonstrativo da criação/ elevação das dioceses gaúchas.

(continua)

Diocese	Ano de criação	Bula de criação	Papa	observação
Porto Alegre	1848	<i>Ad Oves Dominicas rite Pascendas</i>	Pio IX	Elevada a Arquidiocese em 1910 pelo Papa São Pio X através da Bula <i>Praedecessorum Nostrum</i>
Santa Maria	1910	<i>Praedecessorum Nostrum</i>	São Pio X	Elevada a Arquidiocese em 2011 pelo Papa Bento XVI
Uruguiana	1910	<i>Praedecessorum Nostrum</i>	São Pio X	-
Pelotas	1910	<i>Praedecessorum Nostrum</i>	São Pio X	Elevada a Arquidiocese em 2011 pelo Papa Bento XVI
Caxias do Sul	1934	<i>Quae Spirituali Christifidelium</i>	Pio XI	-
Passo Fundo	1951	<i>Si Qua Diocesis</i>	Pio XII	Elevada a Arquidiocese em 2011 pelo Papa Bento XVI

(conclusão)

Vacaria	1957	<i>Qui Vicaria Potestate</i>	Pio XII	-
Santa Cruz do Sul	1959	<i>Quandoquidem Servatoris</i>	São João XXIII	-
Bagé	1960	<i>Quo Divino</i>	São João XXIII	-
Santo Ângelo	1961	<i>Apostolorum Exemplo</i>	São João XXIII	-
Frederico Westphalen	1961	<i>Haud Parva</i>	São João XXIII	-
Cruz Alta	1971	<i>Cum Christus</i>	São Paulo VI	-
Erexim	1971	<i>Cum Christus</i>	São Paulo VI	-
Rio Grande	1971	<i>Cum Christus</i>	São Paulo VI	-
Novo Hamburgo	1980	<i>Cum Sacer Praesul Ecclesia</i>	São João Paulo II	-
Cachoeira do Sul	1991	<i>Brasilienses Quidem</i>	São João Paulo II	-
Osório	1999	<i>Apostolicum Supremi</i>	São João Paulo II	-
Montenegro	2008	<i>Não identificado</i>	Bento XVI	-

Fonte: DURIGON, 2019

Segundo designações da Santa Sé, especificadas no Quadro 01, no ano de 1910 são criadas três dioceses, sendo uma delas a de Santa Maria, através da Bula Papal *Praedecessorum Nostrum* de São Pio X. Com o passar do tempo algumas destas dioceses receberam uma alteração estrutural, agregando novas funções através da criação de 3 províncias eclesiais, elevando uma diocese à categoria de arquidiocese, passando a dividir o estado em 4 territórios ou províncias eclesiais.

A Legião de Maria, por meio do *Senatus* Nossa Senhora da Conceição está presente em todas as províncias eclesiásticas, do estado, em diferentes níveis de conselhos, conforme hierarquia adotada pela associação (algumas dioceses possuem apenas *Praesidia*, *outras Curiae*, ou mesmo *Comitia*) e das 14 dioceses sufragâneas¹⁴ está presente em 8, exceto nas dioceses de Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, Erechim, Novo Hamburgo, Osório e Montenegro.

As Dioceses e Arquidioceses do Rio Grande do Sul compõem o chamado “Regional Sul III da CNBB¹⁵”, conforme divisão da Conferência Episcopal brasileira.

Todas as dioceses são organismos produtores de documentos, das mais variadas tipologias.

Estando seus acervos acessíveis à pesquisa, o recomendado é que apresentem instrumentos de busca documental, como em qualquer acervo.

2.3 Instrumentos de pesquisa utilizados nos arquivos

Para que um acervo esteja acessível, faz-se necessário a confecção de instrumentos de descrição e busca com fácil acesso e com linguagem objetiva, para que atenda e supra não só os anseios institucionais, mas dos usuários e pesquisadores.

Paes (2004, p. 126) afirma que “o trabalho de um arquivo só se completa com a elaboração de instrumentos de pesquisa”. A mesma autora descreve quatro tipos básicos de instrumentos de busca presente nos acervos: “o guia, que se destina a orientação e ao conhecimento dos fundos” (2004, p. 127); o inventário: “que descreve as unidades de arquivamento de um Fundo documental” (2004, p. 130); o catálogo, “elaborado segundo um critério temático, ou personalizado, descreve conjuntos pertencentes a um ou mais fundos. Sua finalidade é agrupar documentos que versem sobre um mesmo assunto” (2004, p. 136); e o repertório: “instrumento de pesquisa que descreve pormenorizadamente documentos previamente selecionados, pertencentes a um ou mais fundos” (2004, p. 138).

¹⁴ Diocese sufragânea é a diocese que está subordinada a uma Arquidiocese na hierarquia eclesiástica.

¹⁵ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, colegiado do episcopado. As conferências episcopais tem abrangência nacional, variando de país para país. Não fazem parte da hierarquia orgânica da Igreja Católica, é um órgão que representa as dioceses em algumas ocasiões específicas.

Bellotto, quando se refere aos instrumentos de descrição e busca, afirma que:

O primeiro instrumento a ser confeccionado em um acervo deve ser o guia, os instrumentos parciais como inventários e catálogos podem ser feitos concomitantemente ou sucessivamente. Já os catálogos seletivos podem ser elaborados paralelamente, fora do ritmo normal do trabalho descritivo. (BELLOTTO, 2006, p. 220)

O catálogo, afirma a mesma autora, é “a peça que descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos” (BELLOTTO, 2006, p. 202).

O catálogo pode seguir algumas especificidades ou objetivos, tendo em vista que descreve a unidade documental, e não a série ou o fundo, pode ser apresentado de forma seletiva, englobando amostragens de documentos provenientes de uma mesma ou de mais séries ou fundos documentais.

Bellotto (2006, p. 212) menciona os catálogos seletivos como instrumentos de “seleção por tema, pessoa ou evento. [...] traz a escolha do autor acerca dos documentos mais importantes”.

Com base neste conceito, pode-se utilizar o catálogo seletivo para descrever, e difundir um tema específico, um momento histórico ou fato histórico, bem como um conjunto de fatos que corroboram com a história de uma instituição ou família.

Apropriando-se do conceito acima exposto, referente ao tema, a presente pesquisa apresentou como resultado um catálogo seletivo de documentos textuais e iconográficos, ampliado com os relatos orais advindos das entrevistas.

2.4 Patrimônio, documento e cultura

Para Ferreira (2014) patrimônio é um “bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, país, ou para a humanidade, e que, ao se tornarem protegidos, devem ser preservados para o usufruto de todos os cidadãos”. Entende-se que a noção de patrimônio não é algo isolado, mas sim aliada ao ambiente (natureza) e à cultura de determinada instituição ou sociedade. Pode-se ter, assim, a concepção de patrimônio também como patrimônio cultural.

Referente ao patrimônio cultural, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em sua conferência geral realizada

entre os dias 17 e 21 de Novembro no ano de 1972, traz em seu artigo 1º o que considerou como sendo patrimônio cultural:

Para os fins da presente Convenção, são considerados “patrimônio cultural”:
- os **monumentos**: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, **inscrições**, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972)¹⁶

Estes monumentos e inscrições podem ser interpretados como informação fixada em suporte, portanto, documentos, oriundos das atividades de seus criadores, e certamente com sua história documentada, tornam-se patrimônio tanto de seu produtor como da sociedade. Monumentos que apresentem escrita epigráfica, podem ser classificados como documentos epigráficos.

A Constituição Federal, em seu artigo número 216, ao considerar o patrimônio cultural brasileiro, afirma que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL 1988)

Além do patrimônio material, tais como prédios, monumentos e demais obras do homem, elencados pela UNESCO, a Constituição Federal, considera também o patrimônio imaterial do povo, aquilo que não é palpável nem medido, mas que é transmitido, por meio dos fazeres e saberes, o imaterial, a oralidade, a tradição, lendas, folclore, etc., conforme assegura a Constituição Federal no seu Artigo número 216.

Para corroborar com a preservação e manutenção do patrimônio brasileiro, seja ele material ou imaterial, o Presidente Getúlio Vargas, por meio da Lei N. 378, de 13 de janeiro de 1937 cria o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

¹⁶ Grifo nosso.

No que se refere a definição do patrimônio imaterial brasileiro, o IPHAN assim define:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; **celebrações**; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (IPHAN)¹⁷

Tendo em vista as celebrações estarem vinculadas às liturgias, aos saberes e o conhecimento religioso apresentado a um grupo, estes constituem-se patrimônios imateriais.

Os acervos documentais eclesiásticos registram as formas de celebrações, liturgias, ensinamentos e tradições religiosas. Nisto pode-se agregar o registro das associações religiosas, que com seus acervos constituem e afirmam os patrimônios materiais, mas além disso, remetem ao patrimônio imaterial dos grupos a si vinculados, participantes da cultura e da sociedade.

2.5 História oral

A oralidade faz parte da transmissão de saberes dos povos, a tradição é mais antiga que a escrita. Os hábitos transmitidos pelas sociedades muitas vezes não estão registrados em documentos, mas sim, pela oralidade e pela tradição que perpassa as gerações e remonta a história das sociedades.

Segundo Meihy (2015, p. 14) “a história oral é uma parte do conjunto de linguagem verbal expressa”. Consiste em elaborar entrevistas e roteiros para obtenção de narrativas sobre determinado fato. O mesmo autor, afirma que

Não resta dúvida: os produtos de entrevistas em história oral devem sempre resultar em documentos de base material escrita, ainda que, em tantos casos, derivados de diálogos verbais.

[...] A produção de entrevistas seja usada como alternativa para preencher vazios de documentos convencionais ou de lacunas de informações e até para complementar outros documentos. (MEIHY 2015, p. 24)

Além de contribuir para a complementação do documento, a história oral pode ser classificada em tipos: história oral de vida, história oral temática e tradição oral (MEIHY 2015, p. 33).

¹⁷ Grifo nosso. Site do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em 20 out. 2018.

Neste trabalho deu-se enfoque à classificação de história oral temática. Tendo em vista a especificidade da instituição em que se desenvolveu, a “Legião de Maria”, esta forma de classificação foi a que mais supriu as necessidades e anseios.

O Autor afirma que este tipo de história oral temática “é mais passível de confrontos que se regulam a partir de datas, fatos, nomes e situações” Meihy (2015, p. 38).

O uso da história oral “como algo” a mais, na “identificação de documentos de cunho iconográfico, as fotografias expostas às entrevistas para a coleta de dados, se equipara ao suporte, escrito” (MEIHY 2015, p. 67).

Com base nestas afirmações do autor, o uso da história oral temática complementou a contextualização dos documentos eclesiais da instituição “Legião de Maria”, corroborando com o instrumento de descrição e busca, o catálogo, que pode configurar-se também pelo uso do tema.

Conforme será tratado na Metodologia (Capítulo 3, p. 26), a exposição de documentos textuais (atas, convites, cartas) e iconográficos ganharam novo significado ao expô-los com relatos de memórias obtidos através de entrevistas.

Os relatos contribuem para a manutenção da história, haja vista que o documento por si só não revela informações do evento registrado como um todo, mas apenas uma pequena parte, remonta ao momento da captura da imagem, da redação do texto ou da gravação preservada.

3 METODOLOGIA

Para que os objetivos sejam alcançados em uma pesquisa, é necessário estipular seus métodos, o que segundo Gil (2008, p. 8), trata-se de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos”.

Para esta pesquisa foram utilizados roteiros para entrevistas, aplicados à associados de longa data, bem como à pessoas que pertenceram às antigas diretorias da “Legião de Maria”, e que contribuíram para a sua disseminação principalmente em Santa Maria, mas também no Rio Grande do Sul.

Quanto a sua natureza, esta pesquisa classifica-se como aplicada, visto que objetiva “gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20).

No que Silva e Menezes classificam como solução de problemas, usou-se deste emprego terminológico para “solucionar lacunas informacionais” e maiores detalhes dos registros temporais existentes no acervo institucional.

De acordo com Demo (1996, p. 34), a pesquisa é um “questionamento sistemático, **crítico e criativo**, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático” (grifo nosso).

A crítica aliada a criatividade pode corroborar com a preservação da história dos grupos sociais, desde que baseadas em fatos documentados e fieis aos acontecimentos vividos.

Ao analisar uma imagem sem nenhuma identificação ou referência a algum outro objeto, a crítica faz-se presente no sentido do questionamento: O que é este evento registrado? Quem são seus autores e participantes? São indagações que surgem durante o desenvolvimento da pesquisa.

Em relação à forma de abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como quanti-qualitativa, já que alguns dos dados coletados serão interpretados e descritos.

A descrição documental, regida pelos organismos nacionais e internacionais componentes da arquivística, tais como as normas: norma internacional para descrição de funções (ISDF), norma geral internacional de descrição arquivística ISAD(G), norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades

coletivas, pessoas e famílias ISAAR (CPF), etc., corroboram com a preservação dos patrimônios sociais, haja vista a utilização de instrumentos de busca e descrição, tais como guias e catálogos nos acervos.

Já do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Exploratória porque envolve levantamento bibliográfico e objetiva proporcionar visão geral de determinado fato (GIL, 2008).

É descritiva, já que se destina a descrever um determinado fato e as características do público envolvido, antigos e atuais associados, dirigentes da “Legião de Maria”, envolvendo o uso de roteiro de entrevista como técnica de coleta de dados (GIL, 2008).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa classifica-se como bibliográfica, pois se tem como fontes de pesquisa livros, periódicos e artigos, a fim de haver uma definição de referencial teórico relacionado ao tema. Também como pesquisa de levantamento, já que envolverá investigação de pessoas ligadas à instituição, por meio de entrevistas para obtenção da história oral.

Buscou-se inicialmente acessar os arquivos institucionais, identificou-se sua organização e seu contexto de produção documental. Após este acesso, observou-se que o acervo fotográfico não possuía nenhuma organização, conforme Figuras 02 e 03.

Figura 02 – Armazenamento de parte das fotografias (Caixa laranja, envelopes e gaveta de aço soltas).



Fonte: Durigon 2017

Na figura 02 observa-se o recipiente onde estavam acondicionadas algumas das fotografias do acervo. Nele encontrava-se fotografias de diferentes peídos, desde imagens preto e branco à imagens coloridas.

Figura 03 – Armazenamento de fotografias em envelopes de papel pardo.



Fonte: Durigon 2017

Havia um aglomerado de fotografias e negativos agrupados em um móvel de arquivo, na sala da Diretoria (2º andar do prédio, conforme Figuras 02 e 03), e algumas estavam no andar térreo da Sede do *Senatus*, alocadas em um baú de madeira, junto ao Memorial Padre Francisco Mascarenhas, bem como agrupados em diversas pastas e caixas de papelão, sem nenhuma identificação.

Após a identificação e agrupamento do acervo fotográfico, que foi reunido e acondicionado em um único local da instituição, tentou-se identificar o que estava registrado nas fotografias.

Com conhecimentos obtidos através da literatura e pelo contato com alguns membros da Associação, pode-se criar alguns grupos e relacionar os registros fotográficos de acordo com os eventos promovidos pela Legião de Maria, conforme Figuras 04 e 05.

Buscou-se estipular a temporalidade das fotografias através da evolução dos suportes fotográficos (desde as fotografias preto e branco às coloridas), bem como a identificação das personalidades registradas nas fotografias.

No ano de 2017 a “Legião de Maria” em Santa Maria completou 50 anos (1967-2017), e muitos eventos estão retratados em fotografias no acervo.

Figura 04 – Separação dos conjuntos fotográficos (alguns apresentam legendas e datas)



Fonte: Durigon 2018

Conforme Figura 04, é possível observar um padronização do cenário em que registrou-se a “foto oficial” do evento, o qual corroborou com a identificação do local onde este ocorreu.

Figura 05 – Separação dos conjuntos fotográficos por semelhança de evento (eventos como retiros, cenáculos, etc. podem ser identificados por legendas ou inscrições presentes nas fotos ou por vestimenta das personagens retratadas).



Fonte: Durigon 2018

Com a organização do acervo fotográfico, contabilizou-se um total de 846 fotografias. Deste número foi retirada uma amostragem dos grupos de fotografias e documentos presentes no acervo compreendendo os anos entre 1970 a 1990, resultando em 214 fotografias; este período de 1970 - 1990 registra os primeiros anos da Associação no Estado do Rio Grande do Sul, que a partir da fundação em Santa Maria, expandiu-se para as demais localidades do estado.

Foram selecionadas as fotografias e documentos mais relevantes, tais como as solenidades e congressos, fotografias em que registrou-se a presença dos Bispos da Diocese de Santa Maria (Dom Érico Ferrari, 1971 - 1973 e Dom José Ivo Lorscheiter, 1974 - 2004), Padre Francisco Mascarenhas, Diretor Espiritual da Legião de Maria (1967 - 1997) e demais autoridades eclesiásticas, para que estas fossem vistas durante as entrevistas de coleta dos dados orais com os associados elencados, facilitando a localização temporal.

Através de documentos encontrados no acervo, identificou-se as pessoas que compartilharam a trajetória da "Legião de Maria" no Rio Grande do Sul. Com esses entrevistados, dentre eles cita-se Dileu Costenaro, Maria Ofélia Trevisan, foram realizadas entrevistas, tendo como base o método da história oral, que corroborou na compreensão do contexto de produção documental.

Para a entrevista utilizou-se um roteiro de coleta de dados, conforme o apêndice B, e um termo elucidativo para deixar o entrevistado ciente de sua contribuição e do uso dos dados coletados, conforme apêndice A.

Foram selecionados e entrevistados quatro membros da Legião de Maria: Dileu Costenaro, Maria Ofélia Trevisan, Zilda Siqueira Furtado (*Senatus* Nossa Senhora Aparecida de São Paulo) e Davi Alves Soares (Frei Davi Soares Ordem dos Carmelitas Descalços - OCD). Alguns destes estão na associação desde os primeiros anos de sua fundação no Brasil, como a senhora Zilda. Outros estão desde os primeiros anos da fundação em Santa Maria, como o senhor Dileu Costenaro. Os demais ingressaram nas décadas seguintes.

Com o auxílio de aparelhos gravadores e filmadores (celular *Smartfone*) foi realizada a coleta de dados por meio de entrevistas, onde foram apresentados roteiros e a exposição de fotografias.

Questionou-se o que o entrevistado recordava do referido evento registrado (fotografia ou documento escrito), se estava presente no evento, suas memórias e percepções, algum fato curioso ou marcante e a data do evento (data real ou

aproximada). Nisto consistiu o método da história oral, corroborando para a identificação documental e futura descrição dos itens apresentados.

Após esta coleta, tabulou-se os dados para a formulação do produto, cruzando as informações dos entrevistados, formando as narrativas presentes no Catálogo Seletivo.

4 RESULTADOS OBTIDOS

Com base na consulta ao acervo documental, por meio do Plano de Classificação Documental (PCD) da instituição, o qual representa a organização e a estrutura da associação, aliado a pesquisa literária nos estatutos e regimentos institucionais, foi possível o entendimento das atividades meio e fim da “Legião de Maria”.

Além da visualização estrutural obtida por meio dos documentos acondicionados no acervo, a coleta das entrevistas presenciais, por meio do questionário e das gravações das entrevistas, pelo método da história oral, os quais resultaram em documentos impressos, foi possível identificar um grande número das fotografias expostas.

Possibilitou-se a delimitação temporal das imagens, cruzando-as com documentos, tais como atas e convites. A identificação de personalidades registradas nas fotografias, muitas das quais encontram-se vivas, possibilitará, em uma etapa futura, uma possível continuação da presente pesquisa.

Além do uso de documentos textuais, como o questionário presente no Apêndice B, de mídias tecnológicas gravadoras e/ou filmadoras (aparelho Celular), utilizou-se o recurso das redes sócias (*Facebook*) e de aplicativos de comunicação (*WhatsApp* e *Messenger*), reunidos em nichos (grupos de *Whatsapp*), onde foram apresentadas algumas imagens a alguns membros da associação originários e residentes de localidades do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado de São Paulo.

As imagens presentes no catálogo seletivo foram identificadas por legendas ou inscrições no verso, onde se nomeiam personalidades do *Senatus* de São Paulo, Conselho ao qual o Rio Grande do Sul estava vinculado e subordinado desde sua fundação em 1967 em Santa Maria até o ano de 2014, quando ocorre a Elevação à *Senatus*, foram lançadas em plataformas digitais e solicitados a alguns legionários de São Paulo para uma possível identificação, a qual foi positiva.

Colaboraram na identificação de fotografias por meio de Aplicativos os senhores Nelson de Moraes e Roberta Borghi, pertencentes ao *Senatus* de São Paulo. Identificaram ambos os colaboradores nas fotografias, as pessoas dos senhores Roberto e Mercedes Borghi, pais da senhora Roberta. Os senhores Roberto e Mercedes Borghi foram da Diretoria do *Senatus* de São Paulo por alguns

períodos e atuaram como visitantes ou correspondentes com o Rio Grande do Sul, estando presentes em eventos e registrados em algumas fotografias.

Também foi identificada a Senhora Ruth Maria em algumas fotografias. A senhora Ruth atuou na primeira edição dos “Cenáculos” em Santa Maria, sendo uma das dirigentes vinda de São Paulo para aplicar o Retiro.

Observa-se também a identificação por plataformas digitais de eventos e personalidades das cidades gaúchas, como por exemplo Cachoeira do Sul.

A “Legião de Maria” em Cachoeira do Sul prosperou e expandiu-se nas décadas de 1970 - 1990, e está subordinada a Santa Maria na hierarquia da Associação.

Alguns dos registros da cidade de Cachoeira foram expostos e obteve-se êxito na identificação e classificação dos eventos e personalidades registradas por meio das fotografias. Identificou-se o Padre Eli Nodari, da Congregação do Santíssimo Redentor (CSSR) e a senhora “Irmã” Ondina, identificados pelo senhor Frei Davi Soares, da Ordem dos Carmelitas Descalços (OCD), natural da cidade de Cachoeira do Sul.

Muitas das fotografias presentes no catálogo foram identificadas ou complementadas com os registros das entrevistas locais por meio de mídias eletrônicas (*E-mail, Facebook, WhatsApp*), surpreendendo com os resultados obtidos.

A identificação deste acervo fotográfico só foi possível através dos relatos orais, haja vista que o acervo não apresentava nenhuma organização ou ordenação lógica. Com o acervo identificado, é possível observar e para os membros mais antigos da associação, rememorar a história da Legião de Maria no Rio Grande do Sul.

Com a elaboração desta pesquisa, bem como do produto resultante da mesma, o Catálogo Seletivo, foi possível registrar o patrimônio imaterial da “Legião de Maria” presente na memória de seus associados e transmitido a alguns poucos membros do presente, tornando-o material por meio do registro e catalogação documental.

Este olhar ao passado hoje é possível através do instrumento de busca confeccionado, pois sendo um catálogo temático, registra uma pequena amostragem do patrimônio eclesial da associação, podendo ser expandido em outras pesquisas futuras.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa referendada sob o tema da contextualização do patrimônio documental do arquivo eclesiástico da “Legião de Maria - *Senatus* Nossa Senhora da Conceição” através da história oral, possibilitou a materialização e contextualização do patrimônio contido no acervo institucional.

Foram estudados e identificados os tipos documentais existentes no acervo do *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria. Muitos dos tipos documentais já estavam contemplados no Plano de Classificação Documental. Por meio de consultas, foram selecionados alguns documentos através de amostragem, de forma aleatória; outros utilizou-se da observação *in loco*, pois registros fotográficos aproximavam-se de algumas tipologias já observadas durante a retirada das amostragens, as quais possibilitaram uma maior noção da realidade arquivística presente no acervo.

Através da observação, foram reconhecidas as condições de organização e acesso do acervo documental na sede do *Senatus*, estando o acervo eclesiástico de gênero textual, reunido em uma sala, devidamente classificado, contendo instrumentos de busca, como o plano de Classificação, disponível para o acesso e consulta dos associados e de pesquisadores. Para o acesso e pesquisa, foi necessário solicitar previamente à Diretoria do *Senatus* vigente.

A fim de atingir o objetivo da contextualização, foram realizadas entrevistas baseadas no método da história oral com pessoas ligadas a produção documental, tais como associados de longa data, antigos dirigentes, chamados internamente de “oficiais”.

Destes oficiais, foram consultados dois ex-presidentes: Sendo um deles o Senhor Dileu Costenaro, que participou da diretoria da primeira *Curia* de Santa Maria, fundada em 1968, que com o passar dos tempos foi sendo elevada na hierarquia legionária, passando na década de 1970 por duas grandes transformações: a primeira em 1974, quando a *Curia* foi elevada a categoria de *Comitium*, e o Senhor Dileu foi seu primeiro Presidente. Após cinco anos, no ano de 1979, o *Comitium* foi elevado à *Regia*, tendo como presidente a senhora Irma Stival Chedid (*in memorian*).

A Outra presidente consultada foi a senhora Maria Ofélia Trevisan, que ocupou cargos de oficial (coordenação) desde a década de 1980, quando ingressou

na associação. A Senhora Maria Ofélia foi presidente em 2014, quando deu-se a elevação da *Regia à Senatus*.

Partindo da consulta ao acervo, a fim de se compreender de forma mais objetiva o contexto de produção, objetivando a pesquisa de associados e pesquisadores, foram confrontadas com os resultados obtidos a partir da coleta de dados resultante das entrevistas aplicadas sob a ótica da história oral.

O relato oral expandiu os horizontes do acervo da instituição. Com sua aplicação foi possível identificar personalidades presentes nas fotografias institucionais e relacionar os documentos de gêneros textual e iconográficos disponíveis no acervo, resultando na formação de grupos documentais híbridos.

Só a formação destes grupos documentais já ampliou o campo de pesquisa, porém com o relato oral dos associados algumas lacunas foram preenchidas, elevando ainda mais o potencial de pesquisa no acervo eclesiástico.

O Patrimônio imaterial da associação, composto por seus costumes, tradições e celebrações pode ser materializado. A coleta do relato oral dos associados, juntamente com a elaboração do produto desta pesquisa, o catálogo seletivo, composto de documentos, fotografias e o relato de memórias, torna acessível uma memória fragmentada, “adormecida” em meio aos arquivos.

Figuras eminentes, colaboradores da associação que não vivem a mais de 10 anos, e estão presentes apenas na memória dos associados mais antigos, puderam ser “chamadas, resgatadas” a contribuir novamente.

De forma diferente, estes colaboradores hoje visíveis apenas por meio dos registros documentais, estão perpetuados no presente e no futuro, independente da memória restrita dos poucos viventes com os quais conviveram.

A sua contribuição pretérita dá aos novos associados a possibilidade de reconhecê-los e identificá-los por meio dos registros documentais.

O que estava presente apenas no acervo, pouco explorado por pesquisas acadêmicas, complexo para compreender, lento para distinguir, sem prévia leitura ou contato com associados, passou a estar acessível a qualquer associado ou pesquisador por meio do instrumento de descrição temático, produto da presente pesquisa.

Sem o catálogo seletivo temático, a busca por referências, por temas e acontecimentos acontece de forma mais lenta. A partir de seu uso, presente e futuramente, o acesso às informações torna-se mais preciso e dinâmico.

Conclui-se que foi possível atingir os objetivos propostos para a presente pesquisa, justificados pela relevância do tema proposto.

A contextualização documental do acervo por meio da história oral, a elaboração do instrumento de busca, o catálogo seletivo, ou temático, atingiu a proposta da difusão patrimonial.

Os documentos textuais e iconográficos foram contextualizados e ampliados com o relato histórico dos legionários entrevistados, rememorando uma história que com o passar dos anos, e o falecimento dos membros de longa data, corria o risco de perder-se.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

BELLOTTO, Heloisa Liberali. **Arquivística: Objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BARROS, F. Arquivos históricos nos dias de hoje: aliciantes desafios, múltiplos papéis. In: **Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, 9, Ponta Delgada (Açores), 2007 – Biblioteca e Arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação [Multimédia]. Lisboa: b.A.D., 2007. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/573/398>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. **Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização do Ministério da Educação e Saúde. Disponível em: <[públicahttp://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html)>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. **Lei 6.546, de 04 de julho de 1978**. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=92&sid=52>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

CONCILIUM LEGIONIS MARIAE. **Manual oficial da Legião de Maria**. Nova edição revisada no Brasil. São Paulo: Rotermond 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Código De Ética Do Arquivista**. Disponível em: <<https://arquivistasocial.files.wordpress.com/2012/02/ica-codigo-etica-do-arquivista.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirâmide, 1999.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DURIGON, J. C. R. **O Arquivista frente a documentação eclesiástica: A aplicabilidade da gestão arquivística no acervo documental do *Senatus* do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Sitio do XX Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia – ENEArq. 2016. Disponível em : <<https://docplayer.com.br/54348202-O-arquivista-frente-a-documentacao-ecclesiastica-a-aplicabilidade-da-gestao-arquivistica-no-acervo-documental-do-Senatus-do-rio-grande-do-sul.html>>. Acesso em 02 abr. 2019.

FERREIRA, R. C.; PEREZ, C. B. Concepções de patrimônio na produção científica: um estudo a partir dos anais do Congresso Nacional de Arquivologia (2004 – 2012). **Revista de ciencia de la informacion – Alexandria – Pontificia Universidad Católica del Perú**, Lima, Peru. v. 10 jan./dez. 2014. Disponível em <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/alexandria/article/view/12980>>. Acesso em 02 abr. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).
Portal IPHAN. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12138&retorno=paginalphan/>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

_____. <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872> > Acesso em: 20 out. 2018.

_____. <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>> Acesso em: 20 out. 2018.

_____. <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguada%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>> Acesso em: 20 out. 2018.

MACHADO, M. B. P. **Educação Patrimonial:** orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2004.

MEIHY, José C. S. B. **História oral: como fazer, como pensar.** José Carlos Sebe Bom, Fabíola Holanda. – 2. Ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** UNESCO, 1972. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

PAES, M. L. **Arquivo:** teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer. **Introdução à arquivologia.** 2 ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SOUZA, K. I. M. de. **Arquivista, visibilidade profissional:** Formação, Associativismo e Mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO E USO DOS DADOS DA ENTREVISTA:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Acadêmico: Jean Carlo Rosa Durigon
Orientador: Andre Zanki Cordenonsi

Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, Jean Carlo Rosa Durigon, acadêmico do Programa de Pós-Graduação profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, desejo por meio deste, informar-lhe que estou realizando um trabalho de pesquisa intitulado: *“A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO ARQUIVO ECLESIASTICO DA “LEGIÃO DE MARIA - SENATUS NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO” ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL.”*

A sua participação é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa no tocante a apreciação dos documentos e imagens apresentados para a confecção de um instrumento de busca, um catálogo seletivo, contendo documentos do acervo.

Cabe esclarecer o total sigilo e privacidade que será mantido na identificação dos sujeitos da pesquisa. Os resultados obtidos na pesquisa serão publicados no trabalho de conclusão de curso, dissertação para obter o Grau de Mestre, por meio deste programa, bem como no produto final, o Catálogo Seletivo contendo imagens e documentos do acervo institucional. Estes trabalhos poderão ser apresentados em forma de artigo ou de resumo, em congressos, seminários e/ou publicados em diferentes meios.

Assinatura do Acadêmico: _____

Ciente do exposto concordando em participar da pesquisa.

Assinatura: _____

Santa Maria, ____ de _____ 2018

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM PATRIMÔNIO
CULTURAL
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE
CATÁLOGO SELETIVO

Entrevista número _____ data da Coleta ____/____/____

1) DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

- A. Nome:
- B. Sexo: () Masculino () Feminino
- C. Idade:
- D. Naturalidade:
- E. Profissão/Ocupação:
- F. Escolaridade: Endereço:

2) DADOS SOBRE A LEGIÃO DE MARIA

- A. Como conheceu a Legião de Maria?
- B. Quando ingressou na Legião de Maria?
- C. Cargos que ocupou na Legião de Maria
- D. Qual sua função hoje na Legião de Maria?

3) DADOS DE RECONHECIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

- A. Reconhece esta fotografia? Que evento é esse?
- B. Participou deste evento?
- C. Identifica alguma pessoa nesta fotografia?
- D. O que essa fotografia lhe diz respeito?
- E. O que aconteceu neste evento, como era?
- F. Destaca algo deste evento, alguma memória?

G. O que é este documento?

H. Para que serve?

I. Ele pode ser complementado/cruzado com alguma fotografia ou outro documento?

APÊNDICE C - PRODUTO: CATÁLOGO SELETIVO

Dada a relevância do tema proposto, objetivou-se como produto um catálogo seletivo, composto por documentos textuais e iconográficos, ampliado com o resultado das entrevistas realizadas, pelo método da História Oral, para a compreensão do patrimônio documental da instituição.

Foram elencados os documentos das diretorias da “Legião de Maria”, tais como Atas e ofícios, convites e demais tipologias existentes no acervo que registrem fatos relevantes, como a elevação de *Regia*¹⁸ para *Senatus*; também fotografias que registram fatos marcantes desta instituição, os cursos promovidos, como os “Cenáculos retiros”, que apresentam uma coleção de fotografias, documentos textuais e audiovisuais.

Para identificá-los foi utilizado, além dos conhecimentos da instituição, por base nos seus estatutos, e conhecimento empírico dos eventos, haja vista o convívio e troca de informações obtidas que não estão registradas, devido à familiaridade com o contexto de produção documental.

A história oral corrobora com detalhes que não estão nos documentos, mas estão fixadas na memória dos associados.

Os entrevistados puderam rememorar os fatos registrados na documentação, trazendo perspectivas e relatos que contribuíram com a narrativa de sua presença no momento do registro dos referidos documentos.

Este produto foi elaborado digitalmente e estará disponível em ambiente digital, da instituição no qual se realizou pois, o acesso e a difusão são mais eficientes, abrangendo não só o público de Santa Maria e região, mas um público potencial de todas as regiões do estado do Rio Grande do Sul bem como do Brasil.

Destaca-se como potenciais usuários e os dezessete Conselhos existentes no Rio Grande do Sul, sob jurisdição do *Senatus*, aos quais a documentação faz referência, bem como os dez *Senatus* e *Regia* existentes em solo brasileiro.

¹⁸ Termo de origem latina, significa “Conselho que supervisiona as atividades dos Comitias e Curiae, está hierarquicamente abaixo do *Senatus*, sua jurisdição é regional” Mascarenhas (2015, 12° ed. p. 21)